Dezembro, um lugar de assessor (letra C), o qual será extinto quando vagar.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e dos Transportes e Comunicações, 7 de Janeiro de 1981. — Pelo Ministro das Finanças e do Plano, *José António da Silveira Godinho*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Plano. — Pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, *José da Silva Domingos*, Secretário de Estado da Marinha Mercante. — O Secretário de Estado da Reforma Administrativa, *Carlos Martins Robalo*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DO COMÉRCIO E TURISMO

Portaria n.º 90/81
de 21 de Janeiro

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 386/80, de 11 de Novembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, de 21 de Novembro de 1980, foram definidas as linhas gerais da política do azeite para a actual campanha.

No n.º 4 dessa resolução estabelece-se que será mantido o regime de ajuda ao consumo de azeite instituído pela Portaria n.º 358/80, de 30 de Junho, em condições a definir.

Considerando que não foi possível definir ainda as novas condições;

Considerando que, por força do disposto na Portaria n.º 927/80, de 4 de Novembro, o regime existente terminou em 31 de Dezembro de 1980;

Mostrando-se conveniente não interromper a concessão da referida ajuda ao consumo do azeite até ser estabelecido o regime a vigorar durante o corrente ano:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo, o seguinte:

Único. É prorrogado, até 28 de Fevereiro próximo, o prazo estabelecido no n.º 1.º da Portaria n.º 358/80, de 30 de Junho.

Ministérios das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo, 8 de Janeiro de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *António António Cavaco Silva*. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO, DO COMÉRCIO E TURISMO E DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 91/81
de 21 de Janeiro

Com o objectivo de fomentar a carga aérea e assegurar melhor aproveitamento da capacidade dos aviões, a presente portaria vem estabelecer o preço e as condições de transporte aéreo de carga expresso a aplicar no continente nos serviços regulares de terceiro nível da TAP.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano, do Comércio e Turismo e dos Transportes e Comunicações, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho, e nos termos do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 25/79, de 19 de Fevereiro, o seguinte:

1.º São aprovados o preço e as condições de transporte aéreo de carga expresso abaixo especificados a aplicar no continente nos serviços regulares de terceiro nível da TAP:

1 — Definição

«Carga expresso» é um serviço de carga da TAP regional que permite o envio de pequenas encomendas em regime de última hora nas condições abaixo indicadas.

2 — Mercadorias que poderão ser transportadas

Todas as mercadorias podem ser transportadas no sistema «carga expresso» com excepção das seguintes:

- a) Artigos restritos (de acordo com o Manual IATA de Regulamentação de Artigos Restritos);
- b) Animais vivos;
- c) Líquidos, a menos que acondicionados em recipientes perfeitamente estanques e cheios até nove décimos da sua capacidade;
- d) Carga valiosa (dinheiro, objectos de arte, metais e pedras preciosas e objectos de valor igual ou superior a 100 dólares, ao câmbio bancário do dia — venda);
- e) Mercadorias frágeis cujo acondicionamento seja deficiente;
- f) Produtos que desenvolvam um odor penetrante ou que possam sujar ou danificar outra carga, quando acondicionados deficientemente;
- g) Restos mortais humanos.

3 — Destinos servidos

No continente, nos serviços regulares da TAP regional.

4 — Limitações

a) *Peso máximo dos consignamentos.* — Apenas pode ser aceite um volume por consignamento com o peso máximo de 5 kg.

b) *Dimensões máximas.* — A soma das três dimensões do consignamento (comprimento + largura + altura) não deverá ultrapassar 90 cm, não podendo qualquer delas ser superior a 70 cm.

5 — Tarifa

Cada consignamento, independentemente do seu destino, fica sujeito à tarifa única do ESP 500.00, acrescida de 2% de imposto do selo, quando aplicável, estando isento de quaisquer outras taxas e ou encargos.

6 — Comissões

Aos agentes de carga IATA e aos agentes de *handling* será concedida a comissão de 5% sobre o valor da tarifa.

7 — Aceitação

7.1 — A TAP garante o transporte no primeiro voo posterior à aceitação dos consignamentos.

7.2 — *Tempo limite de aceitação.* — O tempo limite de aceitação é de trinta minutos antes da partida do voo onde deve ser transportado o consignamento em «carga expresso».

7.3 — *Carta de porte.* — A «carga expresso» é transportada ao abrigo de uma carta de porte especial, simplificada, modelo n.º 047/E.

7.4 — Não são aceites consignamentos com o frete a pagar no destino (CC).

8 — Entrega ao destinatário

a) A TAP não procede a avisos de chegada dos consignamentos em «carga expresso».

b) Competirá ao expedidor, de posse da carta de porte, avisar o destinatário do consignamento, que o levantará após identificação.

c) O consignamento poderá ser levantado imediatamente após a chegada do voo.

9 — Consignamentos não entregues

9.1 — Um consignamento é considerado não entregue quando:

a) O destinatário recusa o seu levantamento;

b) O destinatário não o levanta no prazo máximo de cinco dias úteis após a sua chegada ao aeroporto de destino.

9.2 — Uma vez que o consignamento seja considerado não entregue, o expedidor é avisado nos cinco dias úteis seguintes, a fim de que possa tomar as medidas que entenda por convenientes de forma que a mercadoria seja entregue ou lhe seja devolvida. Todas as despesas que possam ocorrer com a entrega e ou devolução do consignamento serão de conta do expedidor, que as pagará antecipadamente.

9.3 — Todo o consignamento devolvido ficará sujeito à tarifa única indicada no n.º 5 acima, a qual será de conta do expedidor.

9.4 — Todo o consignamento não entregue ficará sob custódia da TAP até ao máximo de trinta dias após a sua chegada ao aeroporto de destino. Se o expedidor não fornecer quaisquer indicações sobre o destino que pretende dar a esse consignamento, a TAP reserva-se o direito de dispor do mesmo, não podendo do facto ser responsabilizada.

10 — Responsabilidade da TAP

10.1 — A TAP é responsável por avaria, extravio ou atraso no transporte, a menos que prove que tomou todas as medidas necessárias para evitar o prejuízo ou que um caso de força maior a impediu de tomar tais medidas.

10.2 — A TAP não será responsável se a avaria, extravio ou atraso tiverem sido causados pela necessidade de cumprir leis ou disposições governamentais ou por ocorrências imprevisíveis fora do seu controle.

10.3 — A responsabilidade da TAP será limitada a um máximo de 20 dólares ou equivalente por quilo de mercadoria transportada.

11 — Apresentação de reclamações

11.1 — *Direito a reclamações.* — Qualquer reclamação apenas poderá ser apresentada pelo expedidor ou pelo destinatário do consignamento ou por qualquer entidade que apresente procuração passada pelo expedidor ou pelo destinatário.

11.2 — *Prazos para apresentação de reclamações:*

a) *Avaria.* — Imediatamente após a descoberta da avaria e no máximo de sete dias após o levantamento do consignamento;

b) *Atraso.* — Dentro de catorze dias a partir da data em que a mercadoria foi colocada à disposição do destinatário;

c) *Extravio.* — Dentro de trinta dias a partir da data da emissão da carta de porte.

2.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e será obrigatoriamente revista até 31 de Março de 1981.

Ministérios das Finanças e do Plano, do Comércio e Turismo e dos Transportes e Comunicações, 6 de Janeiro de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *Anibal António Cavaco Silva.* — O Ministro do Comércio e Turismo, *Basilio Adolfo Mendonça Horta da Franca.* — O Ministro dos Transportes e Comunicações, *José Carlos Pinto Soromenho Viana Baptista.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Portaria n.º 92/81

de 21 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 426/80, de 30 de Setembro, institucionalizou como pessoa colectiva de utilidade pública a Universidade Livre, organizada e posta a funcionar pela Cooperativa de Ensino Universidade Livre, S. C. A. R. L., e neste momento com actividade em Lisboa e no Porto.

Dispõe o n.º 2 do artigo 4.º do referido diploma:

A composição e funcionamento dos restantes órgãos internos da Universidade Livre será definida por portaria do Ministro da Educação e Ciência, tendo em conta a participação dos docentes e discentes, cabendo àqueles a responsabilidade de assegurar a qualidade científica e pedagógica do ensino.

Considerando a vantagem de nesta Universidade se poder estruturar uma opção de ensino relativamente ao ministrado pelas Universidades oficiais e pela Universidade Católica;

Tendo, todavia, em consideração que «a Universidade Livre observará as normas jurídicas por que se regem as restantes universidades portuguesas quanto ao recrutamento do pessoal docente, nível de ensino ministrado, habilitações de acesso, actividades curriculares, serviços sociais e médico-sociais universitários e, de um modo geral, quanto a todos os aspectos pedagógicos, enquadrando-se no sistema educativo nacional»;

Considerando o proposto pela Universidade Livre e, designadamente, o disposto no Decreto-Lei n.º 781-A/76, de 28 de Outubro, relativo à orgânica interna das instituições públicas do ensino superior;